

NÚCLEO  
ÁSIA

Multilateralismo e  
Futuro Global  
Compartilhado:  
**Visões da China**

Relatório por:  
Kamila Aben Athar



---

16 de dezembro de 2021



CENTRO BRASILEIRO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

[www.cebri.org](http://www.cebri.org)

## #2 Think Tank na América do Sul e Central

*University of Pennsylvania's Think Tanks  
and Civil Societies Program 2020 Global Go  
To Think Tank Index Report*

PENSAR  
DIALOGAR  
DISSEMINAR  
INFLUENCIAR

---

O Centro Brasileiro de Relações Internacionais (CEBRI) é um *think tank* independente e plural, que há mais de vinte anos se dedica à promoção do debate propositivo sobre a política externa brasileira.

O CEBRI é uma instituição sem fins lucrativos, com sede no Rio de Janeiro e reconhecida internacionalmente, que propõe soluções pragmáticas e inovadoras para alavancar a inserção internacional positiva do país dentro do contexto global.

Formado por figuras proeminentes na sociedade brasileira, o Conselho Curador é parte fundamental da rede apartidária, diversa e plural do CEBRI, composta por mais de 100 especialistas de diversas áreas de atuação e de pensamento.

As atividades do CEBRI são organizadas em torno de 12 Núcleos Temáticos, coordenadas por membros do Conselho do CEBRI e Senior Fellows. O Núcleo Energia é um dos mais ativos e possui, no comando de suas atividades, o Vice-Presidente do CEBRI, Jorge Camargo, e a *Senior Fellow* Rafaela Guedes.

# Introdução

---

No contexto da pandemia, acelerou-se a transformação profunda da conjuntura internacional. Eficiente no combate à crise sanitária em seu território, a China apresentou, em sua participação nas organizações multilaterais e fóruns de governança global, uma série de novas propostas e iniciativas com o objetivo de estimular a cooperação internacional, sobretudo no combate à Covid-19.

Há mais de uma década, o país asiático é o maior parceiro comercial do Brasil, sendo responsável por grande parte do resultado exportador brasileiro, sobretudo no setor das commodities. No entanto, apesar da crescente centralidade da China no contexto internacional em organizações e fóruns multilaterais, ainda há, no Brasil e no mundo, um desconhecimento sobre o processo de formulação da política externa chinesa e seus princípios fundamentais, assim como as visões diplomáticas do país sobre o multilateralismo.

A fim de fomentar o entendimento e o estudo das diretrizes da diplomacia chinesa na nova era e debater o alcance e a importância de uma estreita cooperação bilateral e multilateral entre a China e o Brasil no pós-pandemia, a Embaixada da China no Brasil, o China Institute of International Studies (CIIS) e o Centro Brasileiro de Relações Internacionais (CEBRI) realizaram o webinar “Multilateralismo e Futuro Global Compartilhado: Visões da China”, em 16 de dezembro de 2021. O evento foi moderado pelo ex-Embaixador do Brasil na China, Marcos Caramuru, e contou com a participação do Embaixador da China no Brasil, Yang Wanming, do atual Embaixador brasileiro em Pequim, Paulo Estivallet de Mesquita, do Presidente do CEBRI, José Pio Borges, do Secretário de Assuntos Políticos Multilaterais - Ministério das Relações Exteriores do Brasil, Paulino Franco de Carvalho Neto, do Presidente do CIIS, Xu Bu, do Vice-Presidente do CIIS, Liu Qing, e do Diretor do Departamento de América Latina e Caribe do CIIS, Song Junying. O debate procurou responder às seguintes questões:

## 1

Quais são os **principais desafios** enfrentados pela humanidade atualmente?

Quais são os **novos conceitos** que a **China** traz à diplomacia e à formação de uma nova ordem internacional?

O que é a **comunidade de futuro** compartilhado e quais são as suas principais características e propostas?

**D**e acordo com os participantes, o mundo está diante de diversos desafios globais, principalmente em cinco aspectos. Primeiro, a pandemia continua a se propagar por todo o globo com novas variantes e não há como prever como essas irão afetar a saúde da humanidade ou mesmo quando perderão efeito, o que acarreta impactos negativos à produção, economia e vida humana. Conforme relatório elaborado pelo Fundo Monetário Internacional, os danos advindos da pandemia da Covid-19 à economia mundial já ultrapassaram os efeitos da crise financeira de 2008.

Segundo, a crise ambiental continua a avançar e a sociedade

testemunha um cenário crítico de níveis recordes de elevação da poluição e da perda de biodiversidade. Os participantes descreveram que nos últimos dez anos, as calamidades naturais trouxeram perdas que ultrapassaram o montante de US\$ 600 bilhões, valor total de perdas nas últimas quatro décadas. Um dos principais desafios ambientais são as mudanças climáticas. Em 2019, as emissões de dióxido de carbono chegaram a um novo pico. Em 2020, a temperatura global subiu 1,2°C acima das temperaturas da era pré-Revolução Industrial.

Terceiro, a crise financeira causa uma injeção de moedas no mercado, que resulta em uma alta inflacionária. Nos últimos anos, os Estados Unidos vêm adotando uma política monetária mais restritiva. Segundo os participantes, isso consequentemente trará reflexos em outros países, acarretando a desaceleração da economia mundial, com possíveis impactos na produção industrial e na estabilidade política, econômica e social dos países.

Quarto, o terrorismo é uma das prioridades na área de segurança do século XXI. Apesar de os Estados Unidos terem anunciado o encerramento de sua luta contra o terror, os participantes elucidaram que o solo para o crescimento do terrorismo não foi eliminado. A sociedade ainda enfrenta crises e riscos de ampliação da atuação de redes terroristas, inclusive por meio do uso de novas tecnologias. Por exemplo, na África, no Oriente Médio e no Afeganistão, as atividades terroristas ainda estão ativas. Nos países da Europa e nos Estados Unidos, esta tendência está em ascensão. Por sua vez, os países emergentes, como o Sudeste Asiático, também se tornaram alvo para o terrorismo.

Quinto, o mundo também enfrenta a proliferação nuclear. Os participantes ressaltaram que questões antigas, como são os casos do Irã e da Coreia do Norte, estão longe de serem resolvidas, ao passo que novas questões surgem, a mencionar o caso da Austrália. Ademais, os Estados

Unidos passaram a adotar critério duplo para a proliferação nuclear. Na perspectiva do governo chinês, entende-se que um cenário de proliferação de armas nucleares pode alimentar o terrorismo internacional, facilitando o acesso ilegal de países e de outras organizações não-institucionalizadas a armamentos.

Diante da atual conjuntura internacional e do mais recente marco histórico chinês, os participantes descreveram que o presidente Xi Jinping passa a liderar as práticas da diplomacia chinesa na nova era e apresenta uma série de conceitos e propostas para as relações exteriores contemporâneas. Em seu 19º Congresso, o Partido Comunista da China definiu que a diplomacia chinesa tem como objetivo trabalhar em prol da revitalização nacional, do progresso da humanidade e do estabelecimento de um novo modelo das relações internacionais. Dentre o novo arcabouço teórico proposto, um conceito central do pensamento de Xi Jinping sobre a diplomacia é a construção de uma comunidade de futuro compartilhado. Por meio deste, os participantes avaliaram que a China visa buscar não apenas os próprios interesses, como também levar em consideração os interesses dos outros países, ensejando compartilhar o senso de responsabilidade e obrigação com toda a comunidade internacional, de forma a contribuir para o futuro da humanidade.

Como possíveis propostas para a construção da comunidade de futuro compartilhado, Pequim defende que os países devem adotar uma visão de segurança mais alinhada com o novo momento histórico da sociedade. Segundo os participantes, este conceito se caracteriza por possuir a capacidade de acompanhar as tendências atuais. Xi compreende que os interesses que envolvem o destino e a segurança globais estão altamente entrelaçados. A segurança não pertence a um determinado país e, portanto, os países formam uma comunidade que compartilham o mesmo futuro. Para tal, o Partido Comunista chinês defende a proatividade em se construir um novo sistema e arcabouço institucional de segurança, pautados por conceitos sustentáveis e inclusivos que rejeitam a mentalidade da Guerra Fria, a divisão artificial e a formação de grupos excludentes.

Ao propor a criação de uma comunidade global de futuro compartilhado, Xi Jinping visa defender a construção da paz duradoura, segurança universal, prosperidade comum, abertura e inclusão, trazendo o caminho para a comunidade internacional com energia positiva em um cenário mundial de instabilidade e incerteza. Em setembro de 2021, Xi Jinping lançou a iniciativa de desenvolvimento global das Nações Unidas, conclamando a comunidade de internacional a fortalecer a cooperação em oito áreas principais, a saber: redução da pobreza, segurança alimentar, resposta à Covid-19 e vacinas, financiamento do desenvolvimento, mudança climática e desenvolvimento verde, industrialização, economia digital e conectividade, e acelerar a implementação da agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável. Na visão do Partido Comunista Chinês, tais setores estão em sintonia com o conceito de comunidade de futuro compartilhado, o qual oferece mais uma solução chinesa no enfrentamento dos desafios globais.

Outra característica dessa visão conceitual é a sua praticidade. Os participantes mencionaram que construir uma comunidade de futuro compartilhado significa romper com o paradigma tradicional em que os países mais fortes

buscam a hegemonia ou um jogo de soma-zero. O pensamento de Xi Jinping sobre a diplomacia defende a igualdade soberana dos Estados e o benefício comum a todos os países e iniciativas internacionais por meio da criação de um novo modelo das relações internacionais nos parâmetros de respeito recíproco, equidade, justiça e cooperação de ganhos mútuos. Promove também os valores comuns de comunidade, como a paz, o progresso, a equidade, a justiça, a democracia e a liberdade, assim como impulsiona a alta qualidade de iniciativas, como a iniciativa Cinturão e Rota. De acordo com os participantes, estas informações contêm ideias visionárias para resolver os principais entraves do desenvolvimento humano, ao passo que amplia a conotação prática da diplomacia chinesa na nova era e abre novo espaço para a inovação teórica das relações internacionais contemporâneas.

Os participantes afirmaram que o conceito de comunidade de futuro compartilhado também se destaca por sua abrangência e inclusão. Todas as questões mundiais e locais exigem colaboração e contribuição de ideias e conhecimentos por parte de todos os países. Nenhum país consegue lidar com todos os assuntos internacionais por conta própria, ditar o futuro de um terceiro país, tomar decisões unilateralmente ou dividir os países do mundo em várias categorias. Dessa maneira, esta teoria preza por uma base comum, preservando as diferenças entre os variados sistemas sociais, mitologias, civilizações históricas e níveis de desenvolvimento, bem como viabiliza o progresso inclusivo e a cooperação fortalecida com ganhos múltiplos. A China se propõe a defender o verdadeiro multilateralismo por meio de consultas conjuntas, negociação e partilha dos frutos do desenvolvimento, defendendo a proteção e ampliação dos interesses legítimos de cada país. Para tanto, defende-se o combate ao multilateralismo excludente e à pandemia da Covid-19, assim como a revitalização da cooperação para o desenvolvimento e a construção de economia de baixo carbono. Isso exigirá que todos os países sustentem e apoiem a Organização das Nações Unidas e seu papel central na governança internacional.

Neste contexto, os participantes apontaram que a China toma a iniciativa de promover a reforma do sistema de governança global, combater toda forma de unilateralismo ou hegemonia, repudiar a tentativa de impedir o mundo sob o protesto de chamada a defender a democracia, defender o verdadeiro multilateralismo, promover a democratização das relações internacionais, advogar pelo desenvolvimento global mais equitativo, eficaz e inclusivo, promover a igualdade de direitos, oportunidades e regras para todos os países com vistas a compartilhar o futuro do desenvolvimento, contribuir para o bem-estar do mundo, e defender os interesses fundamentais de toda a comunidade. Em meio aos desafios e sob a orientação do pensamento de Xi Jinping sobre a diplomacia, os participantes destacaram que a China continuará a trabalhar para construir a paz mundial, impulsionar o desenvolvimento global, defender a ordem internacional e disponibilizar bens públicos a todos, promovendo maior estabilidade e ímpeto de crescimento ao mundo.



Ao propor a criação de uma comunidade global de futuro compartilhado, Xi Jinping visa **defender a construção da paz duradoura, segurança universal, prosperidade comum, abertura e inclusão**, trazendo o caminho para a comunidade internacional com energia positiva em um cenário mundial de instabilidade e incerteza.

Os participantes mencionaram que construir uma comunidade de futuro compartilhado significa **romper com o paradigma tradicional** em que os países mais fortes buscam a hegemonia ou um jogo de soma-zero.

# 2

O que é o **novo cenário de relações internacionais** e os seus princípios norteadores?

Como se dá o **relacionamento da China** a níveis mundial e regional nas novas relações internacionais?

**Quais são as alterações e inovações propostas pelo Partido Comunista Chinês** no que tange as relações entre as nações na nova era?

Segundo os participantes, o sistema multilateral passa por uma profunda crise desde o início do século XXI. Os mecanismos de produção de normas multilaterais e o funcionamento das organizações multilaterais perderam dinamismo e eficácia, o que resultou em diversos organismos em situação de virtual paralisia. No caso do multilateralismo comercial, a paralisia do pilar negociador da Organização Mundial do Comércio se traduziu no fracasso da Rodada Doha. O pilar administrativo dos acordos e de implementação de suas regras também se encontram comprometidos pela adoção de medidas essencialmente contrárias às normas. O desarmamento e o controle de armamento também sofreram reveses importantes. Por sua vez, apesar da área

ambiental e o combate das mudanças climáticas terem obtido alguns resultados positivos, como aqueles na última COP 26, os participantes enfatizaram que ainda há muito a se fazer, especialmente em temas fundamentais para os países em desenvolvimento, como a adaptação e o financiamento climático.

Introduzido pela primeira vez em 2013, na Rússia, um novo cenário de relações internacionais propõe uma nova base de conceitos, valores e teorias que pautam o comportamento das nações. Em primeiro lugar, os participantes enfatizaram que esta noção preza pela cooperação de benefícios mútuos. Em discurso, o presidente Xi Jinping ressaltou a importância da carta das Nações Unidas para tal finalidade. Em 2017, a China passou a adotar também o conceito de respeito mútuo. Na perspectiva de Pequim, é pré-condição e requisito construir relações baseadas neste princípio para ir em direção a um desenvolvimento justo. Desta forma, os participantes apontaram que a China defende que as novas relações internacionais devem ser diferentes daquela implementada no passado, pautada por conceitos dominantes e não-iguais do Ocidente, que resultaram em imperialismos e autoritarismos.

Desta maneira, a substituição de disputas por cooperação constitui um novo caminho para o relacionamento entre os países em três níveis, sendo eles as relações mundiais, entre potências e entre vizinhos. No âmbito mundial, os participantes mencionaram que a China constrói uma relação estável e pacífica, aprofundando o diálogo e cooperação com seus países vizinhos e com os países em desenvolvimento.

Quanto ao relacionamento entre potências, os participantes elucidaram a grande atenção dada às relações da China com a Rússia, os Estados Unidos e os países da União Europeia. O relacionamento com Moscou tem se aprofundado e, em dezembro de 2021, Xi Jinping

se reuniu com Vladimir Putin, onde enfatizou a coragem do governo russo em prol da defesa da justiça e igualdade. Já nas relações com Washington, os participantes pontuaram que não há clareza de intenções por parte dos americanos visto que estes não acreditam na emergência de uma nova potência sem deslocar a potência anterior, o que pode gerar impactos para a sua posição. No entanto, os participantes argumentaram que a emergência da China é pacífica e o país dá grande prioridade a esse relacionamento.

Referente à relação com os países vizinhos, os participantes observaram que a China a considera prioritária; porém, a sua complexidade é acentuada por envolver questões territoriais. Desta forma, o relacionamento se baseia nos conceitos de proximidade, honestidade, inclusão e benefícios. De forma geral, apesar de haver dificuldades, ruzgas e atritos com alguns países, a China e seus vizinhos caminham de forma estável.

Em segundo lugar, ao construir um novo relacionamento internacional, o mundo se depara com o velho mundo, que apresenta dificuldades e insuficiências. Os participantes afirmaram que os conceitos ocidentais não são capazes de achar soluções para os dilemas atuais, pois apresentam limitação interpretativa e risco. Ainda que haja validade em certos lugares, há contradições que não conseguem ser dirimidas, pois os conceitos ocidentais pertencem a uma época específica. De acordo com os participantes, teorias ocidentais como as de ameaça e emergência perigosa da China ou do imperialismo e autoritarismo chinês, além de apresentarem erros, facilitam a geração de atritos. Ao adotá-las para observar e analisar o comportamento chinês, acarreta-se um potencial risco.

Com as atuais mudanças no contexto internacional, os países orientais, anteriormente considerados como nações atrasadas, emergem e passam a ter mais poder de palavra, expressando as suas visões. Desta maneira, a Ásia passou a desenvolver as suas ideias e pontos de vista, como o conceito de paz, que não apenas se alimenta dos entendimentos chineses, mas também de influências ocidentais europeias. A China se tornou a segunda maior economia do mundo, um modelo para muitos processos de desenvolvimento, e a sua emergência pacífica chama a atenção da comunidade internacional. Assim, os participantes ressaltaram que a China está amadurecida para desenvolver as suas teorias e conclusões, bem como moldar as novas relações internacionais, oferecendo uma gama de respostas condizentes com a sua visão de mundo. A sua diplomacia pacífica não é somente teórica, mas também implementada na prática, orientando os países e a população na construção de um engajamento global diferenciado.

Em terceiro lugar, o Ministro de Relações Exteriores da China, Wang Yi, declarou que a China está construindo um novo relacionamento internacional baseado em sua própria experiência, e esta prática chinesa pode se tornar uma referência para o mundo. Na política, a China inovou ao criar não apenas aliados, mas também parceiros. A título de exemplo, o relacionamento estratégico está distribuído em diversas regiões do mundo, tendo sido o Brasil o primeiro país com o qual a China estabeleceu a parceria estratégica, em 1993. Na economia, Pequim também apresentou um conceito novo de desenvolvimento. A China é signatária da Agenda 2030 das Nações Unidas. Além disso, a iniciativa de Cinturão e Rota constitui a maior plataforma de desenvolvimento econômico do presidente

Xi Jinping. O governo chinês também propôs oito áreas de desenvolvimento com a finalidade de reduzir a lacuna existente entre países desenvolvidos, em desenvolvimento e subdesenvolvidos. Por sua vez, em sua política doméstica, destaca-se o conceito de prosperidade econômica, que equivale ao conceito de inclusão nas relações internacionais.

Segundo os participantes, a direção das relações estratégicas da China se volta para a substituição de conflitos e atritos por cooperação. Esse novo relacionamento parte do pensamento marxista, fonte de influência do Partido Comunista Chinês, o qual apresenta duras críticas ao autoritarismo e imperialismo. A fim de corrigir os excessos que ocorrem no mundo ocidental, conta-se também com a influência de filosofias tradicionais chinesas, que buscam aliar a harmonização e o equilíbrio ao âmbito político. Na perspectiva de Pequim, as contradições existentes podem ser resolvidas de forma a não permitir que disputas sejam o núcleo de um relacionamento entre nações, o que se difere do raciocínio ocidental de disputa, competição e de forma de desenvolvimento. O pensamento de diplomacia chinesa, estabelecido há 70 anos com o surgimento da China comunista, preza por um caminho baseado na independência e na não-interferência em assuntos domésticos, valores amplamente aceitos e que continuam sendo elementos que guiam a política externa chinesa.

Além disso, os participantes enfatizaram que a China defende que o novo cenário das relações internacionais deve se basear em um desenvolvimento econômico mais justo e igualitário, na não-interferência nas políticas domésticas, e no não-uso de armas. Salientaram também que a comunidade internacional deve adotar ações e medidas concretas a fim de promover um crescimento equilibrado, a implementação da agenda 2030, a defesa dos direitos dos Direitos Humanos, a resposta à crise sanitária e outros desafios de segurança não-convencionais. Tais assuntos devem ser prioridade na construção de um sistema de governança mais aperfeiçoado, o qual deve ter o desenvolvimento em posição central, respeitando o direito de sobrevivência e o crescimento de cada nação.

A segurança também deve ser implementada nas novas relações, o que exige uma renovação do modus operandi, que deve ser pautado no respeito mútuo e na parceria para ganhos mútuos. Os participantes destacaram que o não-conflito e a cooperação são condições necessárias para a consolidação de uma comunidade de futuro compartilhado. Portanto, Pequim argumenta que os países devem formar parcerias de consultas amplas e negociações de resultados compartilhados, contando com a participação de toda a comunidade internacional trabalhando em prol da abertura, inovação e inclusão de forma a manter a harmonia enquanto preserva as diferenças.



Os participantes apontaram que a China defende que as **novas relações internacionais devem ser diferentes** daquela implementada no passado, pautada por conceitos dominantes e não-iguais do Ocidente, que resultaram em imperialismos e autoritarismos.

Os participantes ressaltaram que a China está amadurecida para desenvolver as suas teorias e conclusões, bem como moldar as novas relações internacionais, oferecendo uma gama de respostas condizentes com a sua visão de mundo. **A sua diplomacia pacífica não é somente teórica, mas também implementada na prática,** orientando os países e a população na construção de um engajamento global diferenciado.

# 3

Na visão da China, qual é o **papel dos países em desenvolvimento, como o Brasil**, neste novo projeto de governança internacional?

Quais são as **semelhanças conceituais e práticas entre China e Brasil** no âmbito da política externa?

Como ambos os países podem contribuir para o **futuro do multilateralismo**?

**A**s economias do mundo estão passando pela maior crise após a Segunda Guerra Mundial. Os prejuízos da pandemia, do protecionismo em ascensão e da mentalidade de jogo de soma zero às cadeias internacionais de suprimentos e de valores levaram os diversos governos a lançarem estímulos para a recuperação de suas economias a fim de lidar com a desaceleração econômica. Por exemplo, a alta na impressão de moedas no mercado resultou em uma inflação global elevada, grande instabilidade e incertezas. Diante desses desafios, o presidente Xi Jinping apresentou uma série de soluções chinesas, indicando o papel dos países em desenvolvimento a ser assumido nesse cenário.

A primeira proposta afirma que a comunidade internacional deve promover um alinhamento das políticas macroeconômicas para desenvolver um crescimento econômico equilibrado e inclusivo. Lidar com os efeitos da Covid-19 e assegurar o crescimento econômico para viabilizar uma recuperação mais significativa da economia do mundo são essenciais para alcançar tal objetivo. Os participantes pontuaram que se deve ter confiança no futuro para mudar a força motriz das economias mundiais a fim de colocá-las no trilho de um crescimento sadio e sustentável.

A segunda proposta defende que os países devem renunciar preconceitos ideológicos para buscar a cooperação de benefícios comuns. Não há superioridade ou inferioridade entre países e suas histórias. Os participantes elucidaram que o importante é avaliar se um sistema social aplicado é condizente ou não com a realidade nacional de uma sociedade e se tem apoio de seu povo, contribuindo para a estabilidade social, o bem-estar e o crescimento econômico da nação.

A terceira proposta aborda a questão da equidade e preza por suprimir a lacuna de crescimento entre países ricos e países mais pobres. Segundo os participantes, a diferença entre sul e norte globais cresce cada vez mais, o que impõe grande desafio para a comunidade internacional. Desta forma, os participantes ressaltaram que os países ricos e industrializados devem honrar seus compromissos para segurar os interesses dos países em desenvolvimento e compartilhar os frutos do crescimento econômico.

A quarta proposta elucidada que o mundo deve juntar forças para lidar com os desafios globais e construir um futuro melhor para todos. Neste mundo de globalização econômica e crises sanitárias, a pandemia pode se repetir no futuro próximo. Portanto, a governança na área da saúde pública precisa ser reforçada. O planeta Terra é

o único lar de toda a humanidade e, portanto, os países devem tomar medidas para promover a sustentabilidade. Esses desafios não podem ser mitigados pela força de um único país ou um grupo de países, mas sim pelo esforço coletivo da comunidade internacional.

A quinta proposta engloba a promoção da inclusão. Os problemas do mundo devem ser resolvidos por todos os países por meio de consultas amistosas e negociações. Na perspectiva de Pequim, não se deve formar grupos pequenos excludentes, praticar uma nova Guerra Fria ou aplicar sanções contra países sem fundamentação. Esses comportamentos resultam na criação de divisões entre as pessoas e países, o que impõe mais desafios à paz. Nesse contexto, os participantes apontaram que o destino da humanidade deve ser levado em consideração por todos, incluindo todas as suas estratégias de crescimento nacional e interesses nacionais. Por meio de seu desenvolvimento, os países poderão contribuir para o crescimento e progresso global.

Portanto, o governo chinês defende que os países em desenvolvimento possuem papel fundamental na promoção de uma comunidade de futuro compartilhado. Os participantes pontuaram que a China e o Brasil, sendo os principais países em desenvolvimento do Oriente e do Ocidente, respectivamente, têm a responsabilidade de unir forças com outros países na finalidade de encontrar uma resposta e trazer suas contribuições para a paz e o progresso do mundo.

No caso do Brasil, há dois pilares essenciais da política externa brasileira, sendo elas a diplomacia da saúde e a diplomacia do desenvolvimento sustentável. No que diz respeito à diplomacia da saúde, a emergência sanitária mobilizou esforços sem precedentes da comunidade internacional. Nesse sentido, o Brasil tem participado de iniciativas que promovem a solidariedade internacional na busca de soluções universais para essa crise. O recente surgimento da nova variante ômicron confirma as suspeitas brasileiras e chinesas que afirmam que a fase aguda da pandemia ainda não se encerrou. Assim, os países devem encontrar respostas comuns e globais para enfrentar esse novo desafio, visto que não haverá segurança até que todos os indivíduos estejam seguros e vacinados, em especial nos países em desenvolvimento.

Nesse âmbito, o Brasil e a China têm participado ativamente no consórcio Covax-Facility, da ACT-Accelerator, que foi a primeira resposta à pandemia. Ambos também vêm trabalhando para consolidar o arcabouço jurídico internacional que incentiva a produção e distribuição de medicamentos pelo mundo. O Brasil, por exemplo, tem se engajado no âmbito da OMS e da OPAS, o braço regional dessa organização, no âmbito do G20, juntamente à China, bem como no âmbito regional, com a UNASUL, com o objetivo de fortalecer o complexo industrial brasileiro de saúde e contribuir para um acesso mais equitativo na distribuição de vacinas, especialmente para os países de desenvolvimento. Nesse contexto, salienta-se que a OMS e a OPAS decidiram apoiar o Brasil e a Argentina em seus esforços de sediar centros regionais de produção de vacinas com tecnologia RNA mensageiro. O Brasil espera também contribuir, a exemplo da China, com os esforços globais para aumentar a cobertura vacinal dos países que têm tido menor acesso, inclusive por meio da doação dos livros de vacinas aos países que mais necessitam.

No caso brasileiro, a ênfase está no entorno regional e nos países africanos.

Segundo os participantes, o Brasil vê a China como um grande parceiro no combate à pandemia, tanto internamente quanto no plano internacional. O Brasil é grato ao apoio chinês recebido durante a crise sanitária no seu período mais agudo, em especial pelo fornecimento de insumos necessários para a fabricação de vacinas, de que foram beneficiários tanto a Fundação Fio Cruz, o que permitiu a produção das vacinas AstraZeneca-Oxford, quanto o Instituto Butantan, que produziu as vacinas CoronaVac em cooperação entre a empresa chinesa Sinovac.

Em agosto de 2021, a China convocou um fórum internacional sobre cooperação de vacinas e que contou com a participação do chanceler brasileiro, Carlos França. Além disso, o Brasil tem interesse em reformar a arquitetura global da saúde. A atual pandemia revelou as limitações para o enfrentamento das emergências sanitárias. Desta forma, o Brasil tem apoiado um processo de revisão da governança global da saúde, especialmente o fortalecimento da prontidão e da capacidade de resposta da Organização Mundial de Saúde em emergências de saúde pública. Ademais, os participantes pontuaram que o Brasil também fará parte de um grupo de negociação intergovernamental para a elaboração de um novo instrumento que tratará de pandemias e que será complementar ao regulamento sanitário internacional.

Referente ao desenvolvimento sustentável, o Brasil se manifestou recentemente em Glasgow, na COP-26, numa posição de destaque e construtiva nos debates e nas negociações sobre o tema. O Brasil não apenas possui preocupações em relação aos temas ambientais *stricto sensu*, mas também em temas propriamente ditos de desenvolvimento sustentável, que também são compartilhados pela China. Nesse sentido, os participantes enfatizaram que não há razão alguma para assumir uma atitude defensiva em relação aos temas de mudanças climáticas. Os países devem aproveitar as oportunidades e explorar uma estratégia clara e definida. Em Glasgow, o Brasil atuou de forma construtiva, buscando os consensos, a fim de partir para a implementação do Acordo de Paris. Outro exemplo do comprometimento brasileiro foi a sua adesão ao compromisso global para a redução de emissões de metano e à declaração sobre florestas.

Adicionalmente, o Brasil também almeja estabelecer um diálogo permanente com a China em relação ao Conselho de Segurança das Nações Unidas. No início de 2022, o Brasil assume seu 11º mandato como membro não-permanente do CSNU. De acordo com os participantes, o Brasil possui uma posição tradicional nessa área, onde preza pela defesa do multilateralismo, com uma postura independente e construtiva, que coincide com as visões da China, com resguardo de suas perspectivas nacionais. A respeito desta área, o Brasil apoia a diplomacia preventiva, o mecanismo pacífico de solução de controvérsias, e defende que o recurso a medidas coercitivas apenas deve ocorrer em último caso e devidamente endossado pelo CSNU. O governo brasileiro visa defender o forte papel do Conselho na prevenção e resolução dos conflitos de acordo com a Carta das Nações Unidas. Assim como é de preocupação para a China, os participantes enfatizaram que o Brasil também se preocupa com as tentativas de reinterpretação do mandato e dos objetivos do Conselho de Segurança. A título, o Brasil avalia negativamente a securitização da agenda de mudanças do clima.

Os participantes apontaram que o Brasil não é indiferente às violações dos Direitos Humanos, especialmente em situações de conflito armado. Desta forma, o governo brasileiro entende que o Direito Humanitário Internacional tem um papel relevante a cumprir nesse contexto. O Brasil também tem suas preocupações nas áreas de não-proliferação e desarmamento e vê com muita atenção as questões em relação à iniciativa AUKUS, que envolve a utilização de submarinos movidos a energia nuclear. O Brasil tem seu programa específico inteiramente pacífico, com uma tecnologia própria e conta com o apoio da China para levar adiante isso no âmbito da Agência Internacional de Energia Atômica. Além disso, durante o mandato brasileiro no CSNU, o país visa trabalhar para aprovar mandatos realistas, claros e condizentes com os meios e recursos disponíveis para as missões de paz, reforçando as negociações e a interdependência em segurança e desenvolvimento sustentável, bem como a necessidade de consentimento das partes para o uso de força, o que também coincide com a visão chinesa. Os participantes afirmaram que o Brasil quer ser visto como um ator confiável, exemplar e independente, que reforça seu pleito histórico de ter um assento permanente no Conselho de Segurança.

O multilateralismo é um princípio fundamental seguido pelas diplomacias brasileira e chinesa, e a China vê o Brasil como um ator-chave na cooperação com a América Latina e uma das principais forças no processo de multipolarização mundial. Desta forma, os participantes reforçaram que ambas as nações podem assumir um protagonismo central na defesa do sistema internacional centrado nas Nações Unidas, trazendo mais contribuições no âmbito bilateral e em fóruns multilaterais, como G20, BRICS e outros. A China está disposta a fortalecer a comunicação e a concertação com o Brasil para melhor defender a justiça, a igualdade e a ordem internacional, salvo a contar os interesses comuns dos países em desenvolvimento, além de dar contribuições positivas para a estabilidade, progresso e prosperidade de todos no pós-pandemia.

Portanto, os participantes concluíram que há uma convergência entre Brasil e China em relação a seus princípios, como o respeito à soberania e a rejeição ao unilateralismo ou hegemonismos. Contudo, os participantes apontaram que a China teve um desenvolvimento extraordinário ao longo dos últimos 40 anos num determinado sistema multilateral existente que não foi criado por ela, mas que ela aprendeu a utilizar e se beneficiar dele. O Brasil também se beneficiou, em certa medida, do sistema multilateral. Isso faz com que os dois países tendam a valorizar o multilateralismo, buscando conservá-lo. No entanto, em face às profundas mudanças, os participantes avaliaram que não será possível recuperar um multilateralismo de 20 anos atrás. A revitalização do multilateralismo passará por reformas. Ainda que possuam diferenças em alguns pontos importantes, China e Brasil possuem grandes capacidades e realizações.



**O governo chinês defende que os países em desenvolvimento possuem papel fundamental na promoção de uma comunidade de futuro compartilhado.** Os participantes pontuaram que a China e o Brasil, sendo os principais países em desenvolvimento do Oriente e do Ocidente, respectivamente, têm a responsabilidade de unir forças com outros países na finalidade de encontrar uma resposta e trazer suas contribuições para a paz e o progresso do mundo.

**O multilateralismo é um princípio fundamental seguido pelas diplomacias brasileira e chinesa,** e a China vê o Brasil como um ator-chave na cooperação com a América Latina e uma das principais forças no processo de multipolarização mundial. Desta forma, os participantes reforçaram que ambas as nações podem assumir um protagonismo central na defesa do sistema internacional centrado nas Nações Unidas, trazendo mais contribuições no âmbito bilateral e em fóruns multilaterais, como G20, BRICS e outros.

# Biografias:

---



## MARCOS CARAMURU

*Conselheiro Consultivo Internacional do Centro Brasileiro de Relações Internacionais (CEBRI)*

Ex-embaixador do Brasil na República Popular da China, Cônsul Geral em Xangai, Embaixador da Brasil para Malásia, Presidente do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf), Secretário de Assuntos Internacionais no Ministério da Fazenda e Diretor-Executivo do Banco Mundial. Foi também sócio e gestor da KEMU Consultoria. É Licenciado pelo Instituto Rio Branco (IRBr) e em Administração pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).



## JOSÉ PIO BORGES

*Presidente do Conselho Curador do Centro Brasileiro de Relações Internacionais (CEBRI)*

José Pio Borges é atualmente Presidente do Conselho Curador do CEBRI. Serviu como presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), onde já havia assumido inúmeros cargos. Também foi CEO da Pronor Petroquímica e Diretor Geral no banco BBM. É atualmente um membro do Board of Directors da Captalys Investments, e já fez parte do Board da Petrobras, Cia Vale do Rio Doce, Aracruz Celulose S.A., COPESUL, Rede Ferroviária Federal S.A., Banco do Nordeste do Brasil S.A., USIMINAS, entre outros. É diretor da Casa Stefan Zweig em Petrópolis e presidente do Board da Fundação Eva Klabin. Formou-se em engenharia mecânica e fez um mestrado em engenharia industrial, ambos na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), assim como outro mestrado em economia na New School for Social Research, em Nova Iorque.



## YANG WANMING

*Embaixador da República Popular da China no Brasil*

Possui mestrado em economia e doutorado em direito. Ingressou na carreira diplomática como Adido e Terceiro Secretário do Departamento da América Latina e Caribe do Ministério dos Negócios Estrangeiros (MNE) da República Popular da China (1990-1993). Foi também Terceiro Secretário da Embaixada da China na Argentina (1993-1995), Terceiro Secretário, Segundo Secretário, Subchefe de Divisão e Chefe de Divisão do Departamento da América Latina e Caribe do MNE (1995-2001), Conselheiro da Embaixada da China no México (2001-2003), Vice-Prefeito do Município de Kaili da Província de Guizhou (2003-2004), Conselheiro, Diretor-Geral Adjunto do Departamento da América Latina e Caribe do MNE (2004-2007), Diretor-Geral do Departamento da América Latina e Caribe do MNE (2007-2012), Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário da República Popular da China na República do Chile (2012-2014), na Argentina (2014-2018)



## PAULO ESTIVALLET DE MESQUITA

*Embaixador do Brasil na República Popular da China*

Graduou-se em engenharia agrônômica pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul e em diplomacia pelo Instituto Rio Branco, a academia diplomática brasileira. Estudou, também, na École Nationale d'Administration, em Paris. Serviu nas Embaixadas em Roma/FAO (1989-1993) e em Santiago (1993-1995) e foi Representante Permanente, Adjunto, da Delegação do Brasil junto à OMC e outras organizações internacionais em Genebra (2003-2011). Em Brasília, foi assessor do Ministro de Estado (2001-2003), diretor do Departamento Econômico (2011-2015) e subsecretário-geral da América Latina e do Caribe, com responsabilidade sobre questões de natureza política e econômica relacionadas com os países daquela região. Foi o coordenador nacional brasileiro do Grupo Mercado Comum do MERCOSUL, da União das Nações Sul-Americanas (UNASUL) e da Comunidade dos Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC). Serviu, ainda, como membro do Conselho Diretor da Itaipu Binacional (2016-2018).



## PAULINO FRANCO DE CARVALHO NETO

*Secretário de Assuntos Políticos Multilaterais, Ministério das Relações Exteriores do Brasil (MRE)*

Ingressou na carreira diplomática em 1985 e fez pós-graduação ("lato sensu") em Administração Pública (CIPAD) pela Fundação Getúlio Vargas (1987-1988). Em sua primeira passagem pela Secretaria de Estado, foi assistente da Secretaria de Orçamento e Finanças (1987) e da Secretaria de Relações com o Congresso (1988 a 1991). Em sua segunda passagem, foi assistente da Divisão de Visitas do Cerimonial (1999) e da Subsecretaria-Geral do Serviço Exterior. Foi Chefe de Gabinete dessa mesma Subsecretaria (2008), bem como Chefe da Divisão de Serviços Gerais (2008 a 2009) e da Divisão de Meio Ambiente (2010 a 2013). Foi ainda Chefe de Gabinete da Subsecretaria-Geral de Assuntos Políticos I e Diretor do Departamento dos Estados Unidos, Canadá e Assuntos Interamericanos (2013 a 2016). Serviu, em sua primeira missão no exterior, na Embaixada em Roma (1991 a 1995) e, em seguida, na Embaixada em Santiago (1995 a 1999). Também serviu na Delegação Permanente em Genebra (2003 a 2007) e na Embaixada em Berna (2007 a 2008). Em sua última missão no exterior, foi Embaixador em Luanda, onde permaneceu de 2016 a 2020. Regressou ao Brasil em 2020, quando assumiu a Secretaria de Comunicação e Cultura, cargo que ocupou até julho de 2021. Atualmente é Secretário de Assuntos de Soberania Nacional e Cidadania.



## XU BU

*Presidente do China Institute of International Studies (CIIS)*

Estudou na Universidade de Nanjing, na Universidade de Relações Exteriores da China, na Universidade de Wuhan, no Centro de Estudos de Segurança Asia-Pacífico e possui PhD em direito. Serviu no Paquistão, Reino Unido, Estados Unidos, Canadá, ASEAN, Chile e possui rica experiência no serviço diplomático. Anteriormente, atuou como Diretor-Geral Adjunto do Departamento de Planejamento de Políticas do Ministério das Relações Exteriores da China (2006-2009), Conselheiro da Embaixada da China no Canadá (2009-2011), Representante Adjunto para Assuntos da Península Coreana, Ministério das Relações Exteriores (2011-2015), Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário na ASEAN (2015-2018) e Embaixador Extraordinário no Chile (2018-2020). O Sr. Xu possui rica experiência em pesquisa sobre estudos internacionais e já publicou artigos em revistas acadêmicas de alta qualidade, incluindo a Foreign Affairs Review, the Journal of International Studies, e China International Studies, além de vários artigos no People's Daily, Guangming Daily e Study Times. Ele é também o autor de Say No to Wars: Comments on American Identity and International Politics and American National Identity And its Impact.



## LIU QING

*Vice-Presidente e Senior Research Fellow do China Institute of International Studies (CIIS)*

Possui PhD e mestrado pela China Renmin University e é formado pela Hunan University of Science and Technology. Foi pesquisador visitante da University of Southern California. Ingressou no China Institute of International Studies em 2004 onde foi nomeado Diretor-Adjunto e, mais tarde, Diretor do Departamento de Estudos Americanos e do Departamento de Segurança e Cooperação Ásia-Pacífico. Entre 2012 e 2015, atuou como Primeiro Secretário da Embaixada da República Popular da China na Austrália. Sua área de pesquisa se concentra nas relações China-EUA, segurança e cooperação Ásia-Pacífico, e integração regional.



## SONG JUNYING

*Diretor do Departamento de América Latina e Caribe do China Institute of International Studies (CIIS)*

Atua também como Especialista Distinto no Xi Jinping Thought on Diplomacy Research Center e é Diretor Executivo do Centro de Pesquisa Ásia-Pacífico na China Foundation for International Studies. O Dr. Song ingressou no CIIS em 2008, ano em que concluiu seu doutorado em Relações Internacionais pela Escola de Estudos Internacionais da Universidade de Pequim. Durante seu doutorado, foi selecionado como estudante de intercâmbio para estudar na Graduate School of Asia-Pacific Studies da Universidade Waseda, no Japão. Antes disso, estudou sucessivamente no Departamento de Política Internacional da Universidade de Renmin, na China, e na Escola de Estudos Internacionais da Universidade de Pequim. Há anos o Dr. Song se dedica à pesquisa de políticas sobre questões internacionais e diplomacia da China, com foco especial na situação regional da América Latina, cooperação China-América Latina, relações trilaterais China-EUA-América Latina e cooperação Ásia-América Latina. Também participou em vários projetos de pesquisa a nível nacional e provincial. Além disso, ele também publicou alguns trabalhos acadêmicos e comentários em áreas relacionadas.



O Centro Brasileiro de Relações Internacionais (CEBRI) é um think tank independente e plural, que há mais de vinte anos se dedica à promoção do debate propositivo sobre a política externa brasileira. O CEBRI é uma instituição sem fins lucrativos, com sede no Rio de Janeiro e reconhecida internacionalmente, que propõe soluções pragmáticas e inovadoras para alavancar a inserção internacional positiva do País no contexto global. Formado por figuras proeminentes na sociedade brasileira, o Conselho Curador é parte fundamental da rede apartidária, diversa e plural do CEBRI, composta por mais de 100 especialistas de diversas áreas de atuação e de pensamento.



O China Institute of International Studies (CIIS), fundado em 1956, é o think tank do Ministério das Relações Exteriores da China. Realiza pesquisas e análises principalmente sobre questões políticas de médio e longo prazo de importância estratégica, particularmente aquelas relacionadas à política internacional e à economia mundial. Também realiza estudos e oferece recomendações de políticas sobre grandes eventos e questões prementes. A equipe do CIIS é composta por mais de cem pesquisadores e outros profissionais. Entre eles estão diplomatas seniores, especialistas líderes em estudos de área e especialistas proeminentes nas principais áreas de relações exteriores.

## Conselho Curador

---

Presidente

**José Pio Borges**

Presidente Emérito

**Fernando Henrique Cardoso**

Vice-Presidentes

**Jorge Marques de Toledo Camargo**

**José Alfredo Graça Lima**

**Tomas Zinner**

Vice-Presidentes Eméritos

**Daniel Klabin**

**José Botafogo Gonçalves**

**Luiz Augusto de Castro Neves**

**Rafael Benke**

Conselheiros Eméritos

**Luiz Felipe de Seixas Corrêa**

**Luiz Fernando Furlan**

**Marcos Azambuja**

**Pedro Malan**

**Rubens Ricupero**

**Winston Fritsch**

Fundadores

**Carlos Mariani Bittencourt**

**Celso Lafer**

**Daniel Klabin**

**Gelson Fonseca Jr.**

**João Clemente Baena Soares**

**Marcus Vinicius Pratini de Moraes**

**Maria do Carmo (Kati) Nabuco de Almeida Braga**

**Roberto Teixeira da Costa**

**Eliezer Batista da Silva *(in memoriam)***

**Luciano Martins de Almeida *(in memoriam)***

**Luiz Felipe Palmeira Lampreia *(in memoriam)***

**Luiz Olavo Baptista *(in memoriam)***

**Sebastião do Rego Barros Netto *(in memoriam)***

**Walter Moreira Salles *(in memoriam)***

Diretora-Presidente

**Julia Dias Leite**

Conselheiros

**André Clark**

**André Lara Resende**

**Anna Jaguaribe *(in memoriam)***

**Armando Mariante**

**Armínio Fraga**

**Clarissa Lins**

**Claudio Frischtak**

**Demétrio Magnoli**

**Edmar Bacha**

**Henrique Rzezinski**

**Ilona Szab**

**Izabella Teixeira**

**Joaquim Falcão**

**José Aldo Rebelo**

**José Luiz Alquéres**

**Luiz Ildefonso Simões Lopes**

**Marcelo de Paiva Abreu**

**Marcos Galvão**

**Paulo Hartung**

**Renato Galvão Flôres Jr.**

**Roberto Abdenur**

**Roberto Jaguaribe**

**Ronaldo Veirano**

**Sergio Amaral**

**Vitor Hallack**

## Conselho Consultivo Internacional

---

Albert Fishlow  
Alfredo Valladão  
André Corrêa do Lago  
Antonio Patriota  
Felix Peña  
Flávio Damico  
Hussein Kalout  
Jackson Schneider  
Leslie Bethell  
Marcos Caramuru  
Marcos Jank  
Monica de Bolle  
Paolo Bruni  
Sebastião Salgado

## *Senior Fellows*

---

Adriano Proença  
Ana Célia Castro  
Ana Paula Tostes  
Ana Toni  
André Soares  
Benoni Belli  
Carlos Milani  
Daniela Lerda  
Denise Nogueira Gregory  
Diego Bonomo  
Evangelina Seiler  
Fabrizio Sardelli Panzini  
Fernanda Magnotta  
José Mario Antunes  
Larissa Wachholz  
Leandro Rothmuller  
Leonardo Burlamaqui  
Lia Valls Pereira  
Lourival Sant'anna  
Mário Ripper  
Matias Spektor  
Miguel Correa do Lago  
Monica Herz  
Patrícia Campos Mello  
Paulo Sergio Melo de Carvalho  
Pedro da Motta Veiga  
Philip Yang  
Ricardo Ramos  
Ricardo Sennes  
Rafaela Guedes  
Rogerio Studart  
Ronaldo Carmona  
Sandra Rios  
Tatiana Rosito  
Vera Thorstensen  
Victor do Prado

## Associados

---

### Instituições

Abiquim

Aegea

Alterra

BAMIN

Banco Bocom BBM

BASF

BAT Brasil

BDMG

BMA Advogados

BNDES

BRF

Bristow

Brookfield Brasil

Captalys Investimentos

CCCC/Concremat

Consulado Geral do Reino dos Países Baixos no Rio de Janeiro

Consulado Geral da Irlanda em São Paulo

Consulado Geral do México no Rio de Janeiro

Consulado Geral da Noruega no Rio de Janeiro

CTG Brasil

Dannemann, Siemsen, Bigler & Ipanema Moreira

Dynamo

EDP

Eletrobras

Embaixada da China no Brasil

Embaixada da República da Coreia

Embraer

ENEVA

ENGIE Brasil

Equinor

ExxonMobil

FCC S.A.

Grupo Lorentzen

Grupo Ultra

Haitong

Huawei

IBÁ

IBRAM

Icatu Seguros

iCS

Itaú Unibanco

JETRO

Klabin

Lazard

Light

Machado Meyer

Mattos Filho Advogados

Michelin

Museu do Amanhã

Neoenergia

Paper Excellence

Petrobras

Pinheiro Neto Advogados

Prumo Logística

Repsol Sinopec

Sanofi

Santander

Shell

Siemens

Siemens Energy

SPIC Brasil

State Grid

Suzano

Tecnoil

Total E&P do Brasil

Vale

Veirano Advogados

Vinci Partners

## Equipe CEBRI

---

Diretora-Presidente

**Julia Dias Leite**

Diretora de Relações Internacionais e Comunicação

**Carla Duarte**

Diretora de Projetos

**Luciana Gama Muniz**

### Projetos

Diretora Adjunta de Projetos

**Marianna Albuquerque**

Coordenadores de Projetos

**Barbara Brant**

**Lea Reichert**

**Marina Liuzzi**

Analistas de Projetos

**Eduardo Neiva**

**Thais Jesinski Batista**

Assistente de Projetos

**Larissa Vejarano**

### Relações Institucionais

Coordenadora de Parcerias

**Cintia Reschke Borba Hoskinson**

Coordenadora de Relações Institucionais

**Fernanda Araripe**

Analista de Relações Institucionais

**Bruno Garcia**

Coordenador de Projetos Especiais

**Caio Vidal**

Analista de Projetos Especiais

**Lucas Bilheiro**

Estagiário

**Heron Fiório**

## EQUIPE CIIS

---

### Organizadores

**Yan Ruowei**

**Bu Shaohua**

**Wang Huizhi**

**Fu Liyuan**

**Zhang Jieyu**

### Comunicação e eventos

Diretora Adjunta de Comunicação e Eventos

**Betina Moura**

Coordenadores de Eventos

**Nana Villa Verde**

Analista de Comunicação

**Paula Reisdorf**

Analista de TI

**Eduardo Pich**

Analista de Eventos

**Vitória Gonzalez**

Secretária Executiva

**Rigmor Andersen**

### Administrativo e Financeiro

Coordenadora Administrativa-Financeira

**Fernanda Sancier**

Analista Administrativo

**Kelly C. Lima**

# CEBRI

CENTRO BRASILEIRO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Centro Brasileiro de Relações Internacionais

Rua Marquês de São Vicente, 336  
Gávea, Rio de Janeiro - RJ - Brasil  
22451-044

Tel: +55 (21) 2206-4400  
[cebri@cebri.org.br](mailto:cebri@cebri.org.br)

---

[@cebrionline](#)

[cebri.org](http://cebri.org)